

Centros Escolares Republicanos

A organização dos republicanos assentava, como nota F. Catroga, na tradição iluminista do clubismo. Os clubes ou centros republicanos tinham funções diversificadas, que passavam pela militância política e pela formação ideológica, mas também pela acção cultural e pedagógica. “Eram, assim, associações híbridas - acrescenta o mesmo autor -, uma mistura de sociedades de pensamento, comités eleitorais, escolas e núcleos protopartidários” (Catroga, 1991, I, pp.22-23).

Os centros republicanos foram-se disseminando um pouco por todo o país, à medida que o trabalho de propaganda ia dando os seus frutos e que a luta contra o analfabetismo se tornava um elemento central da acção republicana. A importância que neles assumia a função educativa é bem ilustrada pelo facto de muitos terem criado escolas e de incluírem a expressão «Centro Escolar Republicano» na sua denominação. Segundo M. C. Proença (2008), existiam, no final da República, em todo o país, 160 centros, 30 deles em Lisboa. No levantamento parcelar a que procedeu, A. H. de Oliveira Marques (1986) contabiliza 33 centros republicanos com escolas, a maioria deles situados em Lisboa, com o nome de centros escolares e de forte inspiração maçónica.

Na obra comemorativa do 50º aniversário da República, é apresentada uma relação de 24 centros existentes nos quatro bairros da capital, ainda que não seja referenciado o período exacto em que isso se verificava. A lista inclui os seguintes centros: Centro Dr. Alexandre Braga, Centro João Chagas, Centro Dr. Alberto Costa, Centro Rodrigues de Freitas, Centro Fernão Boto Machado, Centro Dr. António José de Almeida, Escola 31 de Janeiro, Grémio Republicano Federal e Centro Republicano Elias Garcia, no 1.º Bairro; Centro Democrático de Lisboa, Centro Dr. Afonso Costa, Centro Tomás Cabreira e Centro Heliodoro Salgado, no 2.º Bairro, o mesmo onde se situava o Centro Democrático, sede do directório do partido, e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, dirigida por Ana de Castro Osório; Centro José Falcão, Centro Castelo Branco Saraiva, Centro Latino Coelho, Centro Alferes Malheiro, Centro Republicano das Mercês e Centro de Santa Isabel, no 3.º Bairro; finalmente, no 4.º Bairro, Centro da Ajuda, Centro de Belém, Centro Andrade Neves, Centro de Santos e Centro Dr. Bernardino Machado, onde funcionavam também a Sociedade Promotora de Educação Popular, o Grémio Republicano de Alcântara e a Associação de Propaganda do Ensino (*História da República...*, 1960, pp.486-487).

A análise do regulamento de um desses centros – o Centro Escolar Republicano Dr. António José d’Almeida (em Lisboa) – permite-nos aprofundar a reflexão acerca das finalidades destas instituições. Entre elas estava “fazer as mais intensas propaganda e difusão possíveis do ideal republicano” (*Regulamento...*, 1907, p.6), formulação que ilustra o papel que lhes era atribuído no quadro da propaganda republicana. Por outro lado, o centro afirmava inequivocamente a sua condição laica. Por exemplo, para se poder concorrer a um lugar de professor efectivo era indispensável “comprometer-se o candidato a professar o ensino laico” (*idem.*, p.17). Na verdade, o laicismo surgia como componente central da propaganda republicana e verdadeira alternativa cultural ao catolicismo, tido como o principal inimigo ideológico do republicanismo.

Outra das principais finalidades era “difundir a instrução nas classes populares”, em particular por via da fundação de escolas, o que nos remete para o papel assumido pela instrução e pela educação como elementos nucleares do projecto de regeneração social promovido pelos republicanos. Para isso, as escolas, a começar pelas dos centros, deveriam tornar-se o lugar privilegiado para a formação dos cidadãos. Era fundamental, nesse âmbito, que o centro constituísse “um vigoroso instrumento de educação cívica”, promovendo alguns dos principais valores da moral laica republicana, tais como “liberdade”, “emancipação” e “solidariedade”, contribuindo, assim, para a construção de uma “sociedade mais perfeita e de melhores dias para todos os cidadãos portugueses” (*idem.*, p.21). As referências maçónicas são incontornáveis. No apelo final anexo ao regulamento em análise, afirma-se o seguinte:

Que todos os membros do CENTRO - aliados e solidarizados como irmãos que muito desejam auxiliar-se, perfeccionar-se e «SUBIR SEMPRE PARA O MELHOR» -, marchem para o Futuro, de mãos dadas, corações unidos e como um só homem, à conquista de um ideal de justiça, de resgate e de solidariedade humana. (*idem.*, p.22)

De resto, o tema da solidariedade atravessa todo o documento, dando conta da sua centralidade no âmbito da moral laica que impregna a acção dos centros escolares. A primeira das finalidades que lhe são designadas é a de servirem como “laço de união, de solidariedade e de amor fraterno entre todos os republicanos”. Várias das finalidades previstas e, em alguns casos, desenvolvidas pelos centros, remetem para a concretização do referido princípio, como a de promover o “auxílio mútuo”, se necessário através da atribuição de “recursos pecuniários”, a de criar um “Cofre de solidariedade com a infância”, tendo em vista a distribuição de alimentos, livros e vestuário a crianças

necessitadas, ou a de colocar uma caixa numa das salas da sede para que os sócios aí depositem os seus contributos com fins humanitários (idem., p.6).

Para além destas, o regulamento prevê um conjunto de outras actividades que visam, acima de tudo, a difusão do “ideal republicano” e da “instrução nas classes populares”, como era o caso da organização de conferências, palestras científicas e literárias, sessões de leitura e de lições de coisas, comícios públicos, colecções científicas e exposições de arte, biblioteca, excursões e visitas a museus e monumentos e, também, a publicação de um jornal periódico, folhas volantes, manifestos e opúsculos sobre temas instrutivos e científicos. Estas actividades expressam, de forma clara, as concepções, partilhadas pela elite republicana e pelos intelectuais do período, pondo em destaque, para além do combate ao analfabetismo, o papel da vulgarização científica, artística e cultural no âmbito da educação popular. Outra das actividades propostas é a que se refere à afixação, principalmente nas salas de aula do centro, de “quadros impressos” e “gravuras, pensamentos e máximas sobre moral e educação cívica”, tendo como objectivo a sua interiorização pelas crianças e pelos sócios, para que se conduzam por elas pela vida fora (idem., p.6). Esta prática tinha por base a crença, amplamente difundida no período, na eficácia moral da intuição sensível. Vejamos, também, a impressiva descrição que um autor da época, Rocha Martins, faz do ambiente e da actividade dos centros escolares, tendo como referência principal os diversos centros existentes no Bairro de Alcântara:

Os operários... frequentavam os centros republicanos. Pagavam as suas quotas e abriam escolas para os pequenos, geralmente uma sala apenas com os retratos dos caudilhos... De vez em quando um comerciante oferecia o mobiliário. Quotizavam-se para fazer cantinas e balneários e os pequenos encontravam, com a educação, o lanche, o banho e o amparo... Aos domingos faziam digressões e davam récitas. Realizavam passeios recreativos em que as crianças tomavam parte... Fazia bem ver as crianças comendo, arrancadas à rua e trazidas dos lares pobres, durante umas horas, para melhor agasalho. (*História da República...*, 1960, p.486)

A vocação social dos centros escolares está aqui bem espelhada. Para além do ensino das primeiras letras, pretendia-se retirar da rua as crianças em risco e promover a sua regeneração física, através da alimentação e da habituação a práticas de higiene, inexistentes na família. É bem visível, por outro lado, a articulação entre algumas das práticas educativas do republicanismo e as concepções da pedagogia moderna, designadamente no que se refere à concretização do ideal de educação integral.

A dinâmica organizativa dos diversos centros espalhados pelo país deveria ser idêntica entre si. Tendo como referência o regulamento já referido, constata-se que havia três qualidades de sócios: os honorários, os protectores e os contribuintes. Os sócios honorários seriam aqueles cidadãos que a assembleia-geral entendesse serem dignos de tal distinção, como resultado dos méritos ou serviços prestados. Relativamente à qualidade de sócios protectores, estariam agrupados nesta categoria os cidadãos que contribuíssem com determinada quantia, em dinheiro ou valores. Por último, seriam sócios contribuintes todos os cidadãos que contribuíssem mensalmente para o Cofre do Centro com a quantia a que se tivessem comprometido, para além de pagarem, ao associarem-se, 50 réis pelo bilhete de identidade e 100 réis pelo regulamento e de oferecerem à biblioteca, pelo menos, um livro à sua escolha, mas que nela ainda não existisse. Para se ser sócio efectivo era necessário, em regra, ter mais de 18 anos de idade, “ser homem de bem” e, claro, “ser republicano” (*Regulamento...*, 1907, p.8). Para além de outros direitos, os sócios podiam usufruir da possibilidade de frequentarem os gabinetes de leitura e as aulas do centro e de nelas matricularem os seus filhos.

O corpo docente dos centros escolares republicanos seria constituído por professores efectivos, auxiliares e eventuais. O provimento dos professores era da alçada da direcção de cada centro e seria feito por meio de concurso. Para concorrer aos lugares de professor efectivo era necessário “ter as competentes habilitações literárias e científicas”, possuir “condições físicas e morais atestadas por médico e por qualquer outra instituição de ensino” e, como já foi referido, comprometer-se a adoptar “o ensino laico” (idem., p.17). Não podiam ser professores dos centros os indivíduos que não tivessem demonstrado, “em todos os seus actos públicos e políticos, a sua crença na República e nos princípios de liberdade e de emancipação humana” (idem., p.19). Para os cargos de professores auxiliares podiam ser admitidos, entre outros, sem dependência de concurso, os alunos do próprio centro que mostrassem “boa aplicação e tendências para o ensino” (idem., p.17). Eram considerados professores eventuais os sócios que se prestassem a ensinar qualquer disciplina. Os ordenados dos professores efectivos eram estipulados pela direcção, enquanto que os professores auxiliares e os eventuais não usufruíam de vencimento, embora a direcção pudesse estipular-lhes uma gratificação anual ou por período escolar. Das competências atribuídas aos professores destacaremos apenas aquelas que nos parecem mais prováveis de serem comuns a outros estabelecimentos congêneres: reger as cadeiras de acordo com os programas e a

orientação educativa e filosófica do centro; dirigir as visitas e as excursões dos alunos; formular um mapa mensal do aproveitamento e frequência dos alunos; fazer parte dos júris de exames, de concursos para professores e para atribuição de prémios aos alunos, entre outras. Aos professores estava interdita a aplicação de castigos corporais aos alunos. Saliente-se o facto dos professores efectivos terem de possuir as habilitações legalmente definidas, ou seja, desde 1901, o curso da Escola Normal, enquanto que para as restantes categorias bastava, respectivamente, ter sido aluno ou ser sócio do centro, o que dá conta das ambiguidades ainda existentes, designadamente no âmbito dos centros escolares republicanos, relativamente ao processo de profissionalização do professorado.

Em correspondência com o espírito republicano e com as práticas habituais neste tipo de instituições, os centros escolares realizavam, com frequência, festividades de natureza cívica. Um exemplo, de que chegou até nós a respectiva publicação, foi a «Festa de solidariedade escolar em homenagem ao Ex.^{mo} Sr. Pedro Boto Machado, promovida pelo Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima em 31 de Janeiro de 1916». Comemorava-se, neste caso, uma das datas sacralizadas pela pedagogia cívica republicana, o 31 de Janeiro, evocativo da malograda tentativa revolucionária de 1891 no Porto, na qual Pedro Boto Machado havia participado. Marcou presença o próprio patrono do Centro e Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Magalhães Lima, que elogiou iniciativas como esta, dedicadas às crianças, considerando-as “uma festa de luz, de amor e de bondade” (*Festa de solidariedade escolar...*, 1916, p.11). No seu discurso, Fernão Boto Machado, irmão do homenageado, chamou a atenção, igualmente, para a importância educativa deste tipo de festividades cívicas, evocando as suas raízes míticas:

É necessário restabelecer a tradição dos revolucionários franceses e das repúblicas romanas e atenienses, que em todas as coisas grandes e elevadas achavam um motivo alto para celebrarem festas de educação cívica e artística e elevarem a alma do povo pela arte, pela luz e pelo amor das coisas boas ou belas... De resto, a República está implantada, mas não está feita... O que convém, pois? Educar as gerações novas, para que estas realizem a República que nós sinceramente visionámos, através dos nossos sonhos idealistas e precursores (idem., p.45)

Num balanço final, gostaríamos de sublinhar o papel decisivo desempenhado pelos centros escolares no quadro da revolução cultural almejada pelos republicanos como complemento da revolução política concretizada no 5 de Outubro. Importava

formar o cidadão necessário à preservação futura da jovem república, conduzindo-o não só à luz da instrução mas, igualmente, à interiorização dos valores do republicanismo e à adesão afectiva, pela prática dos seus rituais, aos símbolos do novo regime.

Referências:

Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras.

Festa de solidariedade escolar em homenagem ao Ex.^{mo} Sr. Pedro Boto Machado, promovida pelo Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima em 31 de Janeiro de 1916. Lisboa: Tipografia de Francisco Luís Gonçalves.

História da República. Edição comemorativa do 50º aniversário da implantação da República (1960). Lisboa: Editorial «O Século».

Marques, A. H. de Oliveira (1986). *Dicionário de maçonaria portuguesa* (2 vols.). Lisboa: Editorial Delta.

Proença, M. C. (2008). A republicanização da educação e da escola. In N. F. Cunha (Coord.). *Pedagogia e educação em Portugal. Séculos XX e XXI* (pp.163-189). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Bernardino Machado.

Regulamento do Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida (1907). Lisboa: Tipografia Bayard.

Pintassilgo, J. & Rodrigues, M. M. (2013). Centros Escolares Republicanos. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. I, pp. 624-628). Lisboa: Assembleia da República.